



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9991 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

A implantação da PNA em tempos de educação remota

Fernanda Arndt Mesenburg - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Gilceane Caetano Porto - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

João Carlos Roedel Hirdes - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

A implantação da PNA em tempos de educação remota

Resumo

O texto apresenta resultados parciais de pesquisa que busca investigar a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) em um município do Rio Grande do Sul, no que tange a rupturas e continuidades em relação ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em tempos de educação remota. Esta pesquisa está vinculada a projeto nacional que tem por objetivo investigar a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o ensino remoto da alfabetização durante a Pandemia Covid-19. Neste texto, analisamos as estratégias para implementação da PNA no município, bem como as concepções das professoras sobre a nova política de alfabetização. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, que pondera as repostas das professoras obtidas em questionário e os diálogos estabelecidos em rodas de conversa. O trabalho analítico é complementado sopesando as concepções de alfabetização presentes na PNA e no PNAIC com as compreensões expressas pelas professoras sobre as políticas de alfabetização. Os resultados mostram que a rede pesquisada não instituiu estratégias para sua implementação. Também revelaram a postura crítica das docentes frente à PNA, possibilitando importantes discussões acerca do enfrentamento e resistência diante da nova política.

Palavras-chave: PNA, alfabetização, ensino remoto, PNAIC.

Introdução

O texto apresenta resultados parciais de pesquisa que busca investigar a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no que tange a rupturas e continuidades em relação ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), política de alfabetização desconstruída pelo atual governo.

A pesquisa é parte de investigação nacional que envolve 28 instituições de ensino superior e um grupo de 117 pesquisadores dos campos da formação de alfabetizadoras, das práticas de leitura e escrita na escola e das políticas públicas de alfabetização. A investigação nacional tem por objetivo pesquisar discursos e práticas de alfabetização que

são produzidos no momento da pandemia COVID-19 e analisar os desdobramentos da política nacional de alfabetização, foco de análise deste texto.

Os dados apresentados e analisados dizem respeito a um recorte da pesquisa nacional e apresentam resultados parciais de pesquisa que busca investigar a implementação da PNA em um município do Rio Grande do Sul, especialmente no que tange a (des)continuidades em relação ao PNAIC (ESTEVAM, 2010). O objetivo deste texto é analisar como a gestão municipal, a partir de sua adesão à PNA, aborda a nova política e como as professoras da rede compreendem a implementação da PNA em detrimento do PNAIC.

A instituição da Política Nacional de Alfabetização (PNA) através do Decreto Nº 9.765, de 11/04/2019 (BRASIL, 2019a), foi a materialização de uma política que estava sendo articulada desde 2003 por grupos interessados em impor uma concepção única de alfabetização através da adoção do método fônico para todo o Brasil (MORAIS, 2020; MORTATTI, 2010). A PNA (BRASIL, 2019b) desconsidera a trajetória de pesquisas brasileiras no campo da alfabetização dos últimos quarenta anos, reduzindo a alfabetização a somente um campo teórico e indicando apenas uma abordagem metodológica.

A seguir especificamos a metodologia desenvolvida para a pesquisa apresentada. Na seção seguinte, discutimos e analisamos os dados. Ao final, apresentamos as considerações finais com os principais achados até este momento da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa nacional, que originou esta investigação, teve início em 2020 com a realização de um questionário contendo 34 questões com foco na alfabetização durante a pandemia e na recepção da PNA. Este questionário foi respondido por 14.730 professoras da educação infantil e dos anos iniciais em todo o país.

A segunda etapa está sendo realizada através de rodas de conversas que acontecem em dois momentos distintos. O primeiro é direcionado para o trabalho remoto na pandemia e o segundo é direcionado para discutir a PNA e sua implementação nas redes de ensino a partir da discussão de três blocos de questões. O primeiro tem foco no conhecimento das professoras sobre a PNA e o programa Tempo de Aprender e nos encaminhamentos da rede com relação à nova política. O outro bloco discute as questões relativas a conceitos e concepções veiculadas na PNA e no programa Tempo de aprender. O último oportuniza que as professoras avaliem o programa Tempo de aprender, relacionando-o a outros programas que participaram.

No município analisado, 158 professoras responderam ao questionário proposto pela pesquisa nacional. Para organizar a segunda fase da pesquisa, enviamos e-mail a todas as respondentes. A partir dos retornos, organizamos quatro rodas de conversa, tomando como base a metodologia de grupo focal (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011). Os dados coletados geraram um importante material que foi analisado segundo a abordagem de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A partir da análise foi possível ponderar as repostas das professoras obtidas no questionário e as conversas realizadas nas rodas. O trabalho analítico foi complementado sopesando as concepções de alfabetização presentes na PNA e no PNAIC, de forma relacional com as compreensões das professoras sobre as rupturas e continuidades evidenciadas nas políticas de alfabetização. A seguir, passamos à discussão e

à análise dos dados.

Analizando a implementação da PNA na rede investigada

A educação no Brasil e seus problemas, como os verificados na alfabetização, estão relacionados a aspectos que extrapolam a área educacional e advêm de fatores sociais, políticos e econômicos que têm mantido profundas desigualdades sociais.

A PNA surge para manter esta lógica através de um projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador, que se articula com um conjunto de medidas de esvaziamento do estado e a destruição de direitos econômicos e avanços democráticos conquistados com muita luta da classe trabalhadora (MORTATTI, 2020).

Todavia, esta pesquisa constatou que há resistências importantes que procuram alternativas às imposições governamentais. No município investigado, em que pese a adesão à PNA, foi constatado que a Política não foi instituída nas escolas. Os dados mostram que a pandemia da Covid-19 contribuiu para esta posição, mas também identificamos motivações de ordem política e pedagógica.

Por outro lado, também não desenvolveu estratégias de manutenção da política anterior, orientada pelo PNAIC, ficando a cargo das professoras buscar sua conduta junto aos alunos. A professora Sara, identificada com nome fictício como as demais, relatou sua angústia com a demora na orientação da secretaria: *“até outubro [2020], os alunos recebiam atividades dos professores que queriam fazer isso, não existia uma obrigatoriedade.”*

Mesmo não havendo um movimento de implementação da PNA, a maioria das docentes afirmaram conhecer a Política. Também assinalaram ter participado de discussões sobre a PNA em suas escolas, demonstrando que, independentemente da gestão municipal, aconteceram debates sobre a política, conforme dados abaixo.

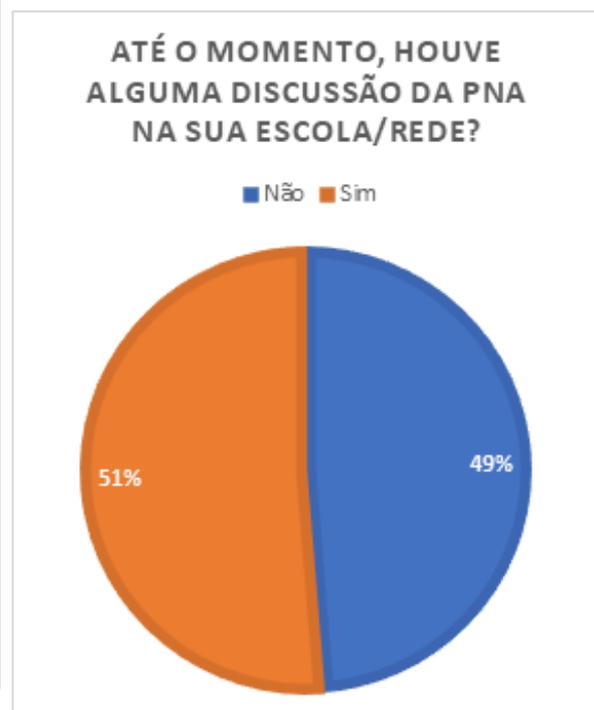
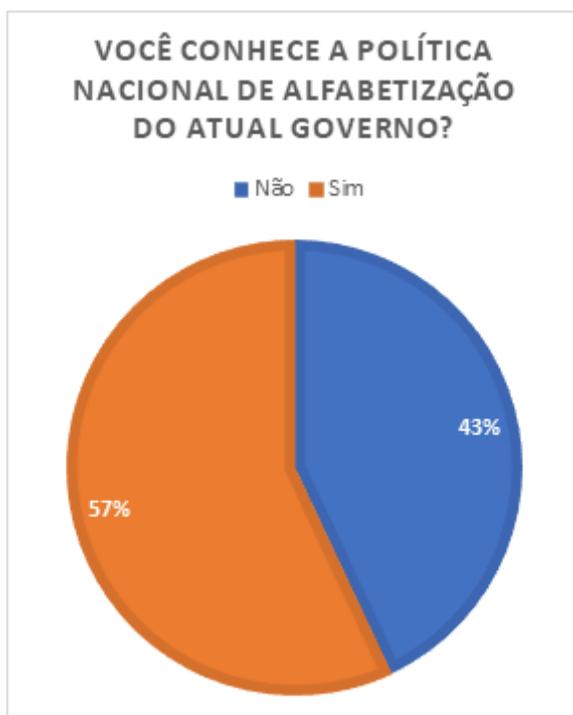


Figura 1: Distribuição das professoras que conhecem ou não a PNA

Fonte: Elaboração dos Autores

Figura 2: Distribuição das professoras que discutiram ou não a PNA

Fonte: Elaboração dos Autores

Para além da inexistência de orientações, o direcionamento em torno do programa Tempo de Aprender foi igualmente livre, não existindo a obrigatoriedade de realização do curso. Todavia, muitas professoras da rede atuam paralelamente em escolas de outros municípios, estando expostas a encaminhamentos distintos. Algumas afirmaram ter participado do programa em virtude da outra rede. O percentual de professoras entrevistadas que fizeram o curso é de 13%, como mostra o gráfico abaixo.

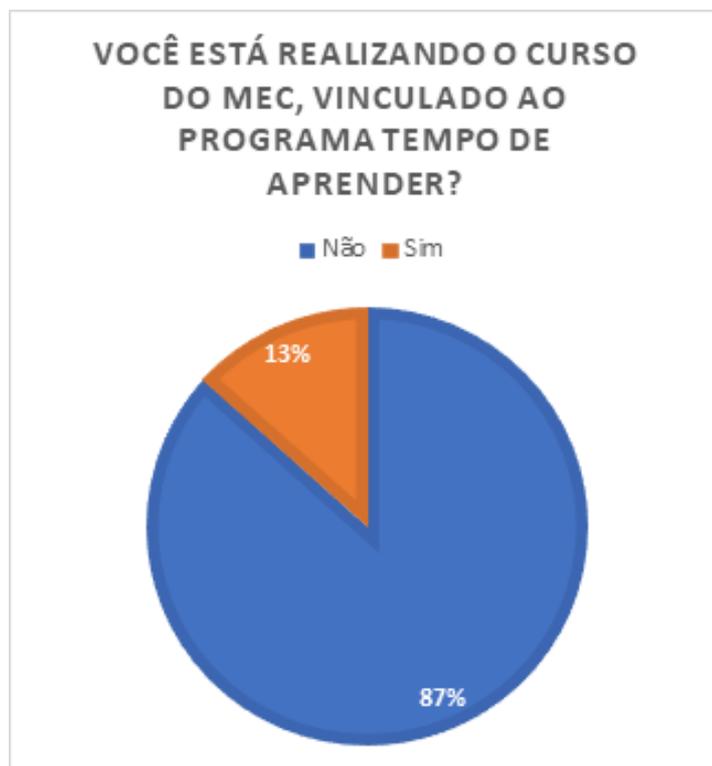


Figura 3: Distribuição das professoras que estão realizando ou não o programa Tempo de Aprender

Fonte: Elaboração dos Autores

O Programa Tempo de Aprender desconsidera e descarta a produção científica brasileira realizada nos últimos 40 anos e centra suas referências em estudos internacionais completamente alienígenas à realidade nacional. Como mostram Nogueira e Lapuente (2021, p.3), “há um intencional apagamento dos estudos nacionais sobre alfabetização, negando, inclusive, a discussão sobre letramento.”

Corroborando com o exposto acima e demonstrando contrariedade com a perspectiva teórica presente no programa, a professora Paula afirmou que a referida política, traduzida no programa Tempo de Aprender, “*não leva em consideração toda a questão de letramento, de compreensão do que lê, do que escreve, de uso funcional da leitura e da escrita*”, entendendo tratar-se de uma política que encaminhava “*para uma determinada metodologia*”.

Quanto a isso, a Professora Gisela afirmou ser este um dos aspectos que diferencia o PNAIC deste programa, pois, para além de outros fatores, a formação “*não questionava o*

método, não te obrigava a trabalhar com um método só". A experiência com o PNAIC, embora contemplada nas questões de pesquisa, foi naturalmente trazida pelas professoras ao realizarem o comparativo entre as políticas, corroborando com a perspectiva das docentes e de acordo com o próprio texto da política (BRASIL, 2015).

Diferentemente do PNAIC, que traz como eixo central a formação de professores, a PNA foca-se em apresentar métodos e materiais didáticos em tom prescritivo. “O programa deixa bastante claro que, se o professor seguir os passos, a aprendizagem estará garantida. Nesse sentido, não há necessidade de reflexão sobre a prática nem preocupação com o contexto das crianças” (NOGUEIRA & LAPUENTE, 2021, p.15).

As professoras que participaram das rodas de conversa discordaram da concepção de alfabetização presente na PNA, que entende que “se alguém é alfabetizado, significa que é capaz de decodificar e codificar qualquer palavra em sua língua” (BRASIL, 2019b, p. 19). Em uma fala comparativa entre os programas, a Professora Paula salienta sua vivência no PNAIC:

...a gente sempre se remete ao Pacto e aos avanços. A toda mobilização que causou com o ciclo de alfabetização dentro da escola, tudo que nós nos sentimos motivadas a fazer e a reler e a estudar novamente. E [o Tempo de aprender] me parece um retrocesso.

A preocupação com a orientação presente na PNA, que afirma estar baseada na ciência e aponta para o método fônico como o único e ideal para alfabetização, é destacado pelas professoras. O retrocesso em questão, torna-se fator de apreensão e atenção, fazendo com que estas professoras busquem instituir formas de romper com tal imposição.

Para concluir esta seção, a fala da professora Paula traz essa dimensão da resistência diante das políticas que vêm sendo impostas: “quando eu fecho a porta da minha sala de aula, sou eu ali. Então, nós sempre vamos encontrar formas de realizar nosso trabalho como a gente acredita.”

Considerações finais

A implementação da PNA ainda está em processo nos municípios brasileiros. Seu caráter antidemocrático e autoritário, caracterizado pela ausência da comunidade científica em sua formulação e por atentar contra a liberdade de aprender e ensinar, contra o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, não têm sido suficientes para sua consolidação.

No município investigado foi constatado que não houve a deliberação pela implementação da PNA. Também não aconteceu a obrigatoriedade da realização, por parte das professoras, do curso Tempo de Aprender.

Foi verificado que as professoras discordam dos pressupostos da PNA e desenvolveram uma postura crítica e de resistência frente à nova política. De forma complementar, elas mantêm o PNAIC como a grande referência em termos de alfabetização.

Assim, a PNA não chegou nas escolas da rede investigada e não prevalece em termos de orientação pedagógica junto às professoras alfabetizadoras. Fica evidente que apesar do autoritarismo e da imposição de um silêncio obediente, há resistências importantes que denunciam e anunciam que as décadas de avanços científicos no Brasil em torno da

alfabetização criaram forças para lutar contra a imposição do projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador presente na PNA.

Referências

BACKES, D. S., COLOMÉ, J. S., ERDMANN, R. H., & LUNARID, V. L. (2011). **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**. *O mundo da saúde*, 35(4), 438-42. doi:10.15343/0104-7809.2011354438442

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto 9.765, de 11 de abril de 2019. **Institui o Plano Nacional de Alfabetização**. Presidência da República, 2019a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=15>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 20 agosto 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização**. Brasília: MEC, SEB, 2015.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas**. II Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, vol. 2, n. 2, 2010. Disponível em < <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1390/0>>. Acesso em: 14. Jun. 2021.

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, 2010. Disponível em: . Acesso em: 10 jul.2020

MORTATTI, M. R. L. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; LAPUENTE, Janaína Soares Martins. “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. **Revista de Educação PUC-Campinas** vol. 26, e214933, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5720/572066272004/572066272004.pdf>. Acesso em 17 de março de 2021.